

**MEMÓRIAS DE DOCENTES DA ESCOLA FREI ANSELMO DURANTE  
A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)****MEMORIES OF TEACHERS OF THE FREI ANSELMO SCHOOL DURING  
THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)**Darciel Pasinato<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é investigar as memórias de docentes da Escola Frei Anselmo, localizada no interior do município de Selbach, no norte do Rio Grande do Sul, no período que compreende a Ditadura Civil-Militar entre 1964 e 1985, para constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa na área da História da Educação. Para tanto, se construiu o processo de escolarização da instituição escolar e se pode compreender os modos como se conectam as memórias sobre uma educação incipiente na estrutura do ensino local na segunda metade do século XX. Com foco no eixo das instituições escolares, tem-se a Memória como pressuposto teórico, que utiliza a metodologia da História Oral. Por fim, diante das entrevistas realizadas, entendemos que a maioria dos sujeitos envolvidos recorda suas experiências e idealiza o passado escolar. Esses sujeitos sentem-se ainda integrantes de um mesmo grupo de pertencimento e expressam um discurso comum, o qual enaltece a escola.

**Palavras-chave:** Memórias de docentes. Ditadura Civil-Militar. História da Educação.

**Abstract:** The aim of the article is to investigate the memories of teachers at the Frei Anselmo School, located in the interior of the municipality of Selbach, in the north of Rio Grande do Sul, in the period between the Civil-Military Dictatorship between 1964 and 1985, to constitute the empirical corpus research in the area of the History of Education. To this end, the schooling process of the school was built and it is possible to understand the ways in which memories about an incipient education in the structure of local education in the second half of the 20th century are connected. With a focus on the axis of school institutions, we have Memory as a theoretical assumption, which uses the methodology of Oral History. Finally, given the interviews, we understand that most of the subjects involved remember their experiences and idealize the school past. These subjects still feel they are members of the same belonging group and express a common discourse, which praises the school.

**Keywords:** Teachers' memories. Civil-Military Dictatorship. History of Education.

---

<sup>1</sup>PhD em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisador e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação (CLIO). E-mail: darcielpasinato1986@gmail.com

## Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa de Pós-doutorado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nesse sentido, foi realizada a partir de uma experiência sobre as memórias de professores em uma escola rural de um pequeno município no norte do Rio Grande do Sul, para realização de pesquisa acadêmica no campo da História da Educação, com foco no eixo das instituições escolares, que tem a Memória como pressuposto teórico e utiliza a metodologia da História Oral.

A pesquisa investigou as memórias de docentes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Para tanto, se construiu o processo de escolarização da instituição escolar e se pode compreender os modos como se conectam as memórias sobre uma educação incipiente na estrutura do ensino local, na segunda metade do século XX.

É importante salientar que a temática garante espaço de interlocução em diversos eventos da área, como nas reuniões promovidas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e nos diversos Congressos de História da Educação realizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em nível nacional. Em relação ao Rio Grande do Sul, o referido tema ganha espaço nos encontros anuais da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE).

A discussão sobre memórias de docentes que atuam em espaços rurais ganha espaço em diversos grupos de pesquisa distribuídos nas universidades brasileiras, e também é reproduzido em periódicos com acesso livre e gratuito de forma *online*. Isso demonstra a importância do estudo ao longo das últimas décadas. Diante do exposto, o artigo tem por objetivo investigar as memórias de docentes da Escola Frei Anselmo, localizada no interior do município de Selbach, no norte do Rio Grande do Sul, no período que compreende a Ditadura Civil-Militar entre 1964 e 1985, para constituir o *corpus* empírico de uma pesquisa na área da História da Educação. O artigo, além da introdução e das considerações finais, divide-se em duas partes. Na primeira parte,

pretendemos discutir o percurso teórico-metodológico das fontes orais, enquanto na segunda parte investigamos as memórias dos docentes de uma escola rural.

### **Percurso teórico-metodológico das fontes orais**

Julia (2001) descreve o espaço escolar como um dos elementos fundamentais à constituição de uma cultura escolar<sup>2</sup>. Mesmo que as aulas fossem em casa ou em escolas rurais, percebem-se, neste processo, dois elementos destacados por Julia (2001) que são: certa graduação nos conteúdos e um professor e profissional específico para o trabalho, mesmo sem ter formação acadêmica.

Compreender como os docentes representam aspectos do passado escolar supõe descobrir um universo profissional docente por referência a um contexto social em que se entrelaçam as vertentes pessoal, interpessoal e institucional. Nessa concepção, memórias e representações são compreendidas como constitutivas das culturas escolares. As versões sobre o passado tornam-se referenciais relevantes na definição do presente e do futuro. Assim, nas palavras de Capelo (2008), “[...] a análise das representações evocadas pelas memórias escolares permite visualizar fatos visíveis do cotidiano, tornando significativos aspectos que parecem insignificantes”. Dessa forma, existem memórias coletivas que constituem o entorno dos grupos sociais. A realidade passada é revivida pelas memórias e, ainda que exista um objetivo no qual se ancoram as lembranças, estas são relembradas na forma de representações.

Os indivíduos, ao contarem a história de suas vidas, narram os diferentes aspectos do contexto social e cultural onde estão inseridos, bem como manifestam sentimentos, emoções e ideias que proporcionam a historicização da educação num tempo determinado, “[...] permitindo assim a compreensão de suas representações e dando-nos a perceber outros significados, além daqueles marcados pela história que considera somente o documento escrito”. (PESAVENTO, 2004, p. 54). Esses outros

---

<sup>2</sup> “A cultura escolar define-se como um conjunto de normas que determinam conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo a época e finalidade religiosa, sociopolítica ou simplesmente de socialização”. (JULIA, 2001, p. 12).

significados permitem ampliar a pesquisa porque surgem do entendimento de como, ao longo do período pesquisado, surgiram representações específicas em função dos documentos analisados e práticas singulares ao contexto do trabalho.

A memória será, neste trabalho, entendida a partir dos marcos individuais que foram guardados no passado de cada um. Contudo, será estudada como a história de um grupo, daquilo que esse grupo delimitou como significado, produzindo um discurso. Nas palavras de Foucault (2005, p. 10), “[...] o discurso não é aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta o poder do qual nós queremos apoderar”.

Grazziotin (2008) coloca que a consciência das alterações sofridas pela memória individual e a perspectiva de constituição de uma memória coletiva, desde um conjunto de memórias, é fator essencial a ser examinado neste artigo. Dessa forma, os pressupostos teóricos que iluminam o caminho da empiria, no processo de coleta de informações e análise de documentos orais, têm a função de contribuir na problematização da memória desta história.

No que se refere aos professores rurais, cabe destacar que eram no geral pessoas de origem humilde. Muitos estavam despreparados para a função, não possuíam formação específica para o trabalho ou para encarar as adversidades da profissão. Mesmo que estudassem em escolas de formação docente rural, “[...] a titulação não tinha o alcance profissional garantido pelas escolas normais das cidades, tendo em vista que o curso normal rural equivalia ao curso ginasial”. (ALMEIDA, 2007, p. 28). Em função disso, o professor rural era considerado um outro grupo, hierarquicamente inferior no conjunto do magistério municipal e estadual. Constata-se que a identidade do docente rural foi construída como uma forma de valorização simbólica, buscando sua legitimação profissional em oposição à indiferença do governo e da sociedade urbana.

No campo da historiografia da educação, esses sujeitos, tanto alunos como professores rurais, trazem as marcas do esquecimento. Tal situação que define a história da educação rural mostra o afastamento que se tem em relação ao meio rural, em uma cultura urbana atualmente. Parece haver um esquecimento que, até pouco

tempo, o Brasil era uma economia com sua população vinculada ao meio rural. Portanto, o que se percebe é o desenvolvimento de um processo que coloca as populações rurais em uma situação de exclusão social. Nesse sentido, Meneses (1999), ao investigar a dimensão política da memória, reflete acerca do esquecimento que caracteriza nossa sociedade, em que prevalece o efêmero, no qual não há espaço para a memória de longa duração.

A escola isolada não foi exclusivamente do meio rural. Foi um projeto das escolas da República, os chamados Grupos Escolares, construídos nas áreas centrais das cidades e áreas consideradas urbanas do interior, em especial áreas de imigração. Essa modalidade de instituição escolar, no meio rural, foi imprescindível para se pensar e concretizar o projeto da escola pública no Brasil. Dessa forma, a partir dos anos 1930, “[...] houve um esforço político para elevar o ensino público, no sentido a qualificar sua forma de organização com relação ao ensino primário; consolidando políticas para ampliar o acesso de alunos de diferentes grupos sociais à escola”. (SOUZA, 2015, p. 105).

A opção metodológica da História Oral se deve à viabilidade de que a oralidade representa para se esclarecer trajetórias individuais, coletivas, eventos ou processos, conferindo *status* a uma nova abordagem histórica. A utilização da memória como fonte documental confere outros significados e entendimentos para a história, além daqueles postulados pela análise tradicional, porque permite ver um espaço recriado, “[...] no qual o critério e a atenção do pesquisador devem ser constantes, pois da memória de cada sujeito entrevistado fazem parte lembranças e esquecimentos”. (GRAZZIOTIN, 2011, p. 116).

De acordo com Thompson (1992), a abordagem da história segundo evidências orais permite ressaltar elementos que, de outro modo, através de outro instrumento, seriam incompreensíveis. Desta maneira, as entrevistas da História Oral são tomadas como documento e servem para pensar e incluir o passado. As entrevistas são atos, idealização e seleção de certo conhecimento da realidade e de seu funcionamento, memórias coloridas das vivências de distintos momentos históricos e não apenas das relativas a um espaço e período da vida dos depoentes.

Também o uso da memória como fonte é uma tentativa de conseguir “[...] reencontrar a originalidade, irreduzível a toda definição *a priori*, de cada sistema de pensamento, em sua complexidade e seus desdobramentos”. (CHARTIER, 2002, p. 27). Por consequência, pelas narrativas cruzadas com documentos diversos, temos condições de compreender aspectos do cotidiano escolar daquelas escolas rurais permeadas por práticas específicas, adequadas ao contexto cultural em que se situavam.

Nas palavras de Grazziotin e Kreutz (2010, p. 16), as memórias relacionadas à pesquisa, “[...] além da história de uma região, referem-se ao sistema de pensamento, à mentalidade de uma época, a formas de comportamento, valores e prioridades”. Elas proporcionam, em determinados momentos, constatar o grau de relevância que algumas questões assumiram na vida de uma comunidade, em detrimento de outras.

As entrevistas realizadas para o trabalho pretendem buscar as memórias dos docentes da Escola Frei Anselmo sobre a sua atuação. Há que se destacar que todos são professores aposentados, o que demonstra a construção de uma trajetória ao longo dos anos. Os docentes falam de uma trajetória de forma retrospectiva, encadeando o discurso fundado em uma determinada sequência. Além disso, há os perigos representados pelo caráter mutável da memória, que leva esta a se construir e reconstruir a cada momento da vida. No entanto, é possível pensar que os relatos trazem algo sobre o período analisado (1964-1985). O ponto principal da interpretação reside em retirar cada depoimento em sua totalidade, buscando não só o que foi dito, como também o que não foi falado. A entrevista e as condições nas quais ela ocorreu adquirem um papel importante neste caso.

É preciso evidenciar que os diálogos revelam a identidade docente dos entrevistados que, ao pensarem suas carreiras de forma retrospectiva, nelas reconhecem sua forma de ver e interpretar o mundo. Segundo Tardif (2008), se uma pessoa ensina trinta anos, ela não faz alguma coisa, ela faz alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas de sua própria atividade, e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional. Em resumo, com o passar do

tempo, vai-se tornando um docente, com sua cultura, suas ideias, suas funções, entre outros.

O grupo social é composto por dez sujeitos, como identifica-se no Quadro 1, que foram docentes da área rural na Escola Frei Anselmo, que representam o conjunto de memórias, que estão nos documentos elaborados, a partir das narrativas compostas ao longo da pesquisa. Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade e não expor a opinião de nenhum professor. Ressalta-se que a média de idade dos docentes é de 72 anos e a média do período de atuação na escola é de dois anos, entre os docentes que moravam na cidade e de mais de trinta anos dos professores que viviam na comunidade.

Quadro 1- Demonstrativo dos sujeitos da pesquisa

N.º	Nome	Data de nascimento/idade	Período que atuou como docente na Escola Frei Anselmo
1	Pedro	21/08/1943 - 76 anos	1973-1980
2	Francisca	23/10/1944 - 75 anos	1980-1981
3	Doroteia	27/03/1947 - 72 anos	1972-1974
4	Antonio	26/09/1951 - 68 anos	1973-2013
5	Darci	24/12/1945 - 73 anos	1972-1973
6	Isabel	27/04/1950 - 69 anos	1972-1974
7	Roque	21/09/1951 - 68 anos	1973-2013
8	Flávia	25/03/1944 - 75 anos	1966-1995
9	João	09/07/1947 - 72 anos	1974-1979
10	Beatriz	12/03/1948 - 71 anos	1972-1996

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Nessa pesquisa, enfatizou-se o debate do uso das memórias orais como perspectiva investigativa para o estudo da História da Educação no meio rural, tendo como pressupostos as fontes orais. Além disso, as memórias permitiram compreender e entender como as práticas e as culturas escolares foram se estabelecendo no interior da escola nessa localidade.

Nesse artigo, optou-se pela entrevista narrativa, valendo-se da metodologia da História Oral. Usando-se desta modalidade de entrevista, definiu-se um roteiro com

questões com foco nas memórias de professores da Escola Frei Anselmo durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Pretendeu-se explorar as seguintes questões: 1) Qual a sua formação docente e quando você iniciou a sua atividade docente na Escola Frei Anselmo; 2) Que fatos marcaram a sua trajetória docente na Escola Frei Anselmo; 3) Como era a relação professor-aluno e como o professor era visto pela comunidade; 4) Que lembranças positivas e/ou negativas você tem da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e este tema era trabalhado de que forma em sala de aula?

A entrevista é uma técnica relevante que possibilita o desenvolvimento de uma relação entre as pessoas. É uma forma de comunicação que estabelece como a informação é propagada de uma pessoa à outra. O termo mostra a compreensão realizada entre duas pessoas. É o método mais utilizado no trabalho de campo e, por intermédio dela, o pesquisador busca alcançar informes contidos na conversa dos atores sociais. As narrativas ganharam vida à medida que se iniciaram os diálogos entre entrevistador e entrevistado, prosseguindo que o entrevistador deve fortalecer a capacidade de ouvir e de incentivar o fluxo de informações por parte do entrevistado.

Salientamos que as entrevistas com os sujeitos da pesquisa foram marcadas com antecedência. Cada entrevista durou em média uma hora e meia, sendo que foi aplicado um questionário com uma série de questões. Um fato relevante foi que todos os entrevistados prontamente se colocaram à disposição para contribuir com a pesquisa de Pós-doutorado. As entrevistas foram transcritas e depois revisadas pelos sujeitos. Conseguimos realizar as dez entrevistas numa única visita. Todos os sujeitos envolvidos autorizaram o uso de suas entrevistas, desde que fosse utilizado nomes fictícios para preservar a identidade e não expor a opinião de nenhum docente.

### **Memórias dos docentes de uma escola rural**

Apresentamos a seguir, de forma breve, um pouco da História do Município de Selbach e da comunidade de Linha Floresta, onde se localiza a Escola Estadual de



Ensino Fundamental Frei Anselmo. Selbach<sup>3</sup> é um pequeno município com cerca de cinco mil habitantes, localizado no norte do Rio Grande do Sul. Sua colonização inicia em 1905, com a chegada das primeiras famílias de origem germânica. Além disso, para conseguir um lote, o candidato tinha que ser agricultor<sup>4</sup> e católico<sup>5</sup>.

Até 1924, Selbach pertenceu à Boa Esperança (atual município de Colorado), então Distrito de Passo Fundo. Em 1931, a Vila de Selbach passa a ser quarto Distrito de Carazinho. Em 1954, o município de Tapera se desmembra e Selbach passa a ser segundo Distrito de Tapera. Através da Lei n. 4.762/64 foi dada a oportunidade para a criação de novos municípios. Forma-se então a comissão emancipacionista de Selbach<sup>6</sup>. Em 22 de setembro de 1965, foi criado o Município de Selbach. Em 13 de maio de 1966, foi instalado o Município e nomeado Benno Ely como interventor federal. (PREFEITURA, 1991).

A trajetória institucional da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo está constituída por um processo de mudanças e alterações de suas designações, bem como nomes que foram associados ao corpo institucional. Diversos docentes deixaram suas marcas na instituição de ensino e ainda são lembrados pela comunidade rural. Atualmente a Escola localiza-se na comunidade de Linha Floresta e possui 47 alunos, 9 professores e 2 funcionários. A Escola tem alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, porém, devido ao número reduzido de alunos, são classes multisseriadas e funciona no turno da manhã.

---

<sup>3</sup> “Em homenagem ao seu colonizador Coronel Jacob Selbach Júnior, o município recebeu a denominação histórica e política de Selbach”. (FINGER et al., 1996, p. 2).

<sup>4</sup> “Ser agricultor: deviam as famílias se comprometer, a iniciar o desmatamento do seu lote e, instalar uma agricultura de subsistência”. (FINGER, et al., 1996, p. 2).

<sup>5</sup> “Ser católico: como houve núcleos de colonização com conflitos religiosos, o Coronel Selbach optou pela revenda de suas terras em lotes aos católicos também. Dessa maneira, assegurava a instalação do núcleo social em suas glebas. Um local determinado e demarcado era destinado para a construção da primeira capela e da primeira escola. A capela e a escola assegurariam a convivência religiosa, cultural e tradicional, conservando a população coesa”. (FINGER et al., 1996, p. 2).

<sup>6</sup> “A comissão estava assim constituída: Presidente de honra Pedro Utzig; Presidente Alcides Benno Utzig; primeiro Vice-presidente Severo Werlang; segundo Vice-presidente Ermindo Birk; primeiro Secretário Benno Ely; segundo Secretário Olindo Feldkircher; primeiro Tesoureiro Lindolfo Guilherme Balensiefer; segundo Tesoureiro Aloysio Haunss; comissão Fiscal Oscar Vicente Hartmann; Cláudio Utzig e Frederico Afonso Birck”. (PREFEITURA, 1991, p. 17).

Em 1910, o Distrito de Linha Floresta começa a ser povoado. Os primeiros imigrantes vieram de Venâncio Aires e Roca Sales. Entre as famílias que chegaram em Linha Floresta destacam-se: João Felício de Oliveira, Valentim Nodari, Nicolau Wagner, Mathias Kuhn, Carlos Augusto Bogorny, entre outros. A ocupação de terras aconteceu entre 1910 e 1921. Sabe-se que antes haviam algumas palhoças às margens de riachos, habitadas por caboclos itinerantes. Mais tarde, “[...] com o manuseio das terras, foram encontrados objetos de caça que, segundo os primeiros moradores, são vestígios da existência de indígenas na localidade”. (SEGER, 2002, p. 17).

Desde os primeiros imigrantes que chegaram na comunidade de Linha Floresta, houve uma preocupação quanto à educação dos seus filhos. Em 1917, foi construída a primeira escola comunitária na propriedade de Camilo Schneider. Até então, todas as escolas eram construções simples de madeira. A segunda escola que funcionou de forma paralela com a primeira localiza-se nas terras de Frederico Jacoby. A existência de duas escolas funcionando na mesma época “[...] trouxe desavenças entre as pessoas da comunidade e contribuiu para surgir uma terceira escola, que ficava do lado de baixo da que existe atualmente, numa área doada por José Sestari Filho”. (PREDIGER, et al., 2017, p. 16).

Por ordem do Frei Anselmo, vigário de Selbach na década de 1930, foi estabelecida a exigência de que “[...] a cada sete quilômetros houvesse uma comunidade com capela e escola, decidiu-se dar prioridade à escola que se localizava no centro”. (PREDIGER et al., 2017, p. 17). No final dos anos 1950 foi construída a primeira parte da atual escola, com paredes de material. Essa escola inicialmente foi chamada Escola Área Real e depois Escola Rural Santa Inês, nome que fazia referência à capela da comunidade.

É relevante destacar a importância da figura do professor na década de 1960, na comunidade de Linha Floresta. O professor era considerado a pessoa mais importante da comunidade. De acordo com Seger (2002, p. 45), “[...] as pessoas em geral respeitavam-no muito e atribuíam-lhe autoridade máxima sobre seus filhos, exigindo, inclusive, que usasse do castigo quando necessário”. Na lida diária na classe, o professor utilizava sua autoridade, castigando os alunos com o uso da régua, do ajoelhar no milho,

de ficar contra a parede por horas, de ficar sem recreio e inúmeras outras formas de se impor. Castigos que provinham também de fatos que aconteciam fora da escola eram muito comuns na época.

Além disso, o professor tinha duas funções bem definidas na comunidade. A primeira era dar formação às crianças. A segunda era suprir a falta de um padre no aspecto espiritual, sendo, por isso, o responsável direto nos cultos aos domingos, da catequese e das aulas de religião, geralmente aos sábados de manhã.

Na década de 1960, os alunos apresentavam dificuldades na aprendizagem. Primeiro, porque sentiam a falta de acompanhamento dos pais em casa. Segundo, porque não sabiam falar a língua portuguesa, uma vez que fora da escola falava-se somente o alemão. Nas palavras de Seger (2002, p. 47), “[...] o uso da língua alemã interferiu em muitos alunos num bloqueio na aprendizagem, principalmente na disciplina de Português, onde trocavam com muita frequência as letras *t* e *d*, *p* e *b*, tanto na escrita como na fala”.

Até o início dos anos 1960, a aprendizagem das crianças restringia-se a cálculos, escrita, leitura e catecismo. Os alunos foram aumentando e um espaço maior se fazia necessário. Dessa forma, em 1958 mais uma sala de aula foi construída. A partir da década de 1970, com a direção do professor José Lorivaldo Flach e com a denominação de Escola Rural de Linha Floresta, a educação da comunidade passa a ter uma nova dimensão. Em 1971, foi construída uma secretaria, sanitários e um pavilhão de festas. Nesse período, funcionava na escola o curso supletivo e a preparação para o curso ginasial. (PREDIGER et al., 2017).

José Lorivaldo Flach, após assumir a direção da escola, foi responsável direto pela criação das novas séries, até completar o Ensino Fundamental: “6ª série, através da Autorização de funcionamento n. 26/72; 7ª série, através da Autorização de funcionamento n. 24/73; 8ª série, através da Autorização de funcionamento n. 54/74”. (PREDIGER et al., 2017, p. 19). Além disso, Flach foi responsável pela ampliação do prédio, através da conquista de verbas públicas.

Em 1977, a Escola muda de nome depois de um plebiscito, passando a se chamar Escola de 1º Grau Frei Anselmo, em homenagem ao primeiro pároco do Município de

Selbach. Com a Lei n. 9.394/96, a Escola passa a ser denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Anselmo. (PREDIGER, et al., 2017).

O professor Pedro (2019) concluiu, em 1975, a faculdade de Ciências na Universidade de Passo Fundo (UPF) e, em 1981, concluiu a faculdade de Matemática na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Destaca-se aí que foi professor e diretor na Escola Rural (hoje Escola Frei Anselmo) entre 1973 e 1980. Pedro (2019) fala a seguir sobre alguns fatos que marcaram a sua trajetória como docente:

Em 1973, além de professor da Escola Frei Anselmo, me tornei diretor. No mesmo ano, consegui trazer o Secretário Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Também trouxe o governador do Estado para inaugurar a parte nova da escola em meados da década de 1970. Fui para Porto Alegre para pedir autorização para liberar a 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries e consegui, através do Secretário de Educação Coronel Costa Rodrigues. Nesse período [década de 1970], foi feita a Feira de Ciências e os Jogos Olímpicos na escola na visita do governador. Também auxiliava na merenda e limpeza da escola. (PEDRO, 2019).

A professora Francisca (2019), formada em Ciências Naturais e Pedagogia pela UNIJUÍ e especialização em Metodologia do Ensino, relembra que trabalhou na Escola Frei Anselmo entre 1980 e 1981 e descreve alguns fatos marcantes da sua trajetória como docente:

Assim: era grande o interesse dos adultos para aprender algo mais e o empenho do Pedro [diretor] para deixar um registro na comunidade. A gente não só ensinava, a gente compartilhava aprendizagens com quem estava na lavoura. Cada um trazia merenda e partilhava no recreio. Quem tinha uma experiência de casa trazia para as aulas. No lado das Ciências se olhou o lado do progresso, mecanização e os cuidados com a lavoura. Na Matemática se lidava com os juros bancários, empréstimos e o endividamento dos colonos. (FRANCISCA, 2019).

O professor Antonio (2019) tem formação em Letras e trabalhou entre 1973 e 2013 na Escola Frei Anselmo. Além de ter nascido na comunidade de Linha Floresta,

trabalhou por quatro décadas na escola e ainda vive na comunidade. A seguir, fala sobre alguns fatos que marcaram a sua trajetória docente na escola:

O fato que marcou a minha atuação em sala de aula é que desenvolvi as minhas aulas em função da “interpretação de mundo e expressão”. Desenvolvi muito o canto, associado ao desenho. Sempre entendi que o aluno tem que interpretar e ler para saber se expressar. Trabalhava muito a redação. Quando o aluno desenvolvia a redação, tinha alcançado o “desenvolvimento do mundo”. Os alunos se integravam nesta responsabilidade de saber escrever, tanto que ficavam dois períodos fazendo a redação e não conseguiam terminar no absoluto silêncio. Com esse modo de dar aula, criei inimizades entre colegas, porque o aluno e a avaliação eram feitas de forma diferente e isto cativava o aluno. Mostrar o aluno a leitura, lendo o livro na frente dos alunos e fazendo a entonação da voz, como as coisas iam acontecendo. Tanto que os alunos pediam sempre para prosseguir a leitura. Também se incentivava os alunos a lerem os livros nas aulas e em casa. (ANTONIO, 2019).

O professor Darci (2019) tem formação em Filosofia, com habilitação em História e Geografia e especialização em Supervisão Educacional. Lecionou na Escola Frei Anselmo entre 1972 e 1973 e fala sobre alguns fatos marcantes da sua trajetória na escola:

Tem coisas boas e ruins. Os alunos eram muito interessados. Vinham para a escola para aprender. Neste período [década de 1970] abriu a RS 223 e surgiu o asfalto. Tinha entre 15 e 20 famílias que trabalhavam no DAER, morando em Selbach. Estes funcionários foram para Linha Floresta para estudar. Eram pais e jovens que foram estudar na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª série. O aspecto negativo foi que me contrataram para dar uma disciplina [10 horas] e acabei trabalhando mais 10 horas com a disciplina de Geografia sem ter habilitação durante um ano. Recebi apenas por 10 horas. (DARCI, 2019).

A professora Beatriz (2019) tem formação no Regional (equivale ao Magistério) e Estudos Sociais. Atuou na Escola Frei Anselmo como docente entre 1972 e 1996. Atualmente continua moradora da comunidade de Linha Floresta. A seguir, a docente conta alguns fatos que marcaram a sua atuação na instituição:

No inverno era a professora Flávia e eu que trabalhávamos na Escola Frei Anselmo. Como era uma escola com muitos alunos e todos vinham a pé, em dias de muita geada e frio, a Flávia trazia um tacho para a sala de aula e outro tacho eu levava de casa para a minha sala. Fazíamos fogo dentro da sala de aula, cuja lenha era trazida pelos alunos. Lembro de alunos da 2ª série com muito frio, que iam ao redor da panela para se aquecer. Toda a minha vida no magistério foi positiva. (BEATRIZ, 2019).

Em relação à fala dos docentes, observamos que as famílias dos alunos dependiam da agricultura para sobreviver. É relevante salientar como a pobreza fazia parte do cotidiano dos alunos e docentes. Mesmo assim, os discentes se faziam presentes nas aulas, inclusive no inverno rigoroso, segundo relatos dos próprios professores. Outra questão foi a visita do governador e do Secretário da Educação do Rio Grande do Sul, fato marcante para a história da Escola Frei Anselmo na década de 1970. Isso demonstra como a Escola tinha uma importância na região, destacando-se a afinidade que os gestores tinham com os militares.

A professora Isabel (2019) destaca a sua relação com os alunos e como o professor era visto pela comunidade de Linha Floresta:

A relação professor-aluno era de muito respeito e aceitação. Não lembro de nenhuma situação de desrespeito. A “educação de berço” era forte. Os pais eram grandes colaboradores e incentivadores dos estudos dos filhos. Muitos trabalhavam pesado durante o dia e depois vinham para a escola à noite. A gente entendia a situação dos alunos e às vezes dava tema de casa. Os alunos aproveitavam bem a aula. Não tinham como fazer as atividades fora. As salas sempre estavam cheias à noite. Era algo novo. (ISABEL, 2019).

O professor Roque (2019) que nasceu, cresceu e ainda mora na comunidade de Linha Floresta, faz questão de explicar a relação entre os professores e alunos e a visão da comunidade em relação aos docentes:

Naquela época [1964-1985] a relação professor-aluno era melhor. Meus pais davam valor para a escola. A escola está ruim na atualidade, porque os pais não dão educação para os filhos. Antigamente era um clima de respeito. Éramos professores da comunidade. O professor era um elemento participativo. Nascemos, crescemos e vivemos para a

comunidade. Estava integrado a comunidade. Hoje em dia o professor vem, dá a aula e vai embora. Naquela época morávamos aqui. Conhecia todas as famílias. Vivia a mesma realidade das famílias, sabia dos problemas de cada um. (ROQUE, 2019).

A professora Flávia (2019), moradora da comunidade até os dias atuais, conta a seguir como era a sua relação com os alunos e como os docentes eram vistos pela comunidade:

O professor era muito respeitado pelos alunos. Respondiam sempre “senhora” [forma de respeitar a autoridade do professor em sala de aula]. Quando tinha casamentos na comunidade, todos os professores eram convidados. O professor era defendido pela comunidade. Era tudo na comunidade. Agora [hoje em dia] são professores de fora. (FLÁVIA, 2019).

A professora Doroteia (2019) ressalta que “[...] a relação entre professor e aluno sempre teve respeito. Procurava ser amiga dos alunos. Gostava de respeitar os meus alunos. Não vivi na comunidade, por isso não senti nenhuma relação”.

O professor João (2019) faz questão de lembrar como tinha uma boa relação com seus alunos e o que a comunidade pensava sobre a sua atuação:

A relação era de respeito e admiração entre professor e aluno. Qualquer assunto cativava os alunos. Eu era muito amigo fora da sala de aula dos alunos. Tinha uma percepção que, quando mexia a cadeira, pegava um assunto de interesse dos alunos [uns dez minutos] e depois recomeçava a aula. O professor era muito bem visto, com muito respeito e com apoio total e irrestrito da comunidade. Nesta época, os alunos não revelavam se aprontavam na escola, porque apanhavam em casa, por isso tinha mais respeito. Hoje em dia, os pais não apoiam os professores. Não participam da escola. Naquele tempo, os pais eram muito presentes na escola. Nas integrações os pais ajudavam a organizar a escola. (JOÃO, 2019).

Destacamos, em relação aos depoimentos dos ex-professores da Escola Frei Anselmo, que havia respeito entre professores e alunos e o apoio da comunidade sobre as suas ações. Temos que pensar que o Brasil estava sob uma Ditadura autoritária, na

qual não existia qualquer liberdade de expressão. Isso refletia inclusive na escola, local em que os alunos não questionavam a autoridade dos professores.

A professora Francisca (2019), em sua fala, lembra da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) da seguinte forma:

Bom, a gente não trabalhava este tema diretamente em sala de aula. Como era uma comunidade do interior, os efeitos negativos da Ditadura não atingiram. Até havia pouca comunicação, sem televisão. Só vimos o lado positivo da Ditadura: energia elétrica, asfalto para ligar os municípios grandes por causa da produção. Depois desse período, olhamos com olhar crítico, quando acabou os governos militares em 1985. Aí se viu que houve grandes avanços e excessos. Mas nunca se ouviu que houve “roubalheira”. Não havia tantos poderes legislativos e judiciário que hoje gastam muito. Este dinheiro era empregado na infraestrutura da nação. Na época dos militares, o prefeito [Selbach] era da ARENA e conseguiu expandir a educação, com a implantação do 1º grau completo, implantação do 2º grau, construção de escolas e o transporte escolar com dois ônibus. (FRANCISCA, 2019).

O professor Antonio (2019) lembra que o tema Ditadura não era trabalhado em sala de aula. “Algumas características da Ditadura faziam parte do exercício da educação. Por exemplo, a matéria Educação Moral e Cívica era voltada para a rigidez do comportamento. Até o próprio aluno dentro da sala de aula não tinha toda a liberdade de expressão”. (ANTONIO, 2019).

Por outro lado, o professor Darci (2019) relembra alguns aspectos positivos e negativos da Ditadura:

O tema da “Revolução de 1964” não era trabalhado em sala de aula. Era tudo muito presente. Como professor, eu trabalhava as greves, a anarquia das grandes cidades, desordem, principalmente provocada por greves. Desordem nas cidades no sentido das arruaças. Tenho lembranças de que foi um período agitado, que acompanhava as movimentações das forças armadas. Lembro que um ônibus do quartel de Cruz Alta (RS), que tinha cidadãos de Selbach, caiu dentro de uma lagoa entre Carazinho e Não-Me-Toque, na única estrada asfaltada de toda a região. Lembro que faltava ordem no país. Também foi um país agitado e, depois da “Revolução”, tinha mais controle. Depois da “Revolução” teve mais controle, fiscalização e receio. O governo militar editou a reforma de ensino (1971) com maior valorização da educação,



tornando o ensino obrigatório. Trabalhei com as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB. (DARCI, 2019).

A professora Isabel (2019) destaca que, como professora de português, trabalhava pouco sobre o tema (Ditadura). Nesse sentido:

Os textos escolhidos para a aula não tinham a conotação política. Não tinha manifestações como tem hoje. O povo era mais submisso. Os pais gostavam desse período. Foi o período do “Milagre Econômico”. Foi um período bom para o povo. Foi a ascensão da agricultura e também do desmatamento. Período de surgimento de lavouras de soja que mais se desmatou no Brasil. (ISABEL, 2019).

O professor João (2019) traz alguns fatos da Ditadura que marcaram a sua atuação docente. Ele a enfatiza da seguinte forma:

De positivo da época da Ditadura, tinha mais respeito, quase nada de corrupção e maior organização. Esse negócio que alguns foram mandados embora, era porque eram “agitadores”. Não se falava de política na escola, porque era tudo imposto. Nem a comunidade e nem os alunos criticavam a Ditadura, porque tinha respeito e medo de falar contra. Na época da Ditadura, se alguém “roubasse merenda seria morto”. Para o povo no geral, a Ditadura foi boa, a agricultura cresceu e as pessoas começaram a comprar carros. (JOÃO, 2019).

A professora Beatriz (2019) traz um fato curioso que marcou a sua vida acadêmica na época da Ditadura Civil-Militar brasileira:

Eu nunca mencionei política, partidos em sala de aula, porque aqui era a “cova dos leões”. Entre os colegas professores e na própria comunidade não se falava da Ditadura. Fui com “estrada de chão para Santa Catarina e voltei para o Rio Grande do Sul com asfalto”. Quando cheguei, meus irmãos tinham um trator, já existia venenos para combater formigas, tudo programa do governo militar. A agricultura se expandiu muito na época dos militares. Na época dos militares teve a construção de Itaipu e a Transamazônica. A minha mãe estava feliz com os militares, porque era parente do Geisel. Então, em Lajeado (RS), a mãe tinha as tias-primas do Geisel e, quando retornou, trouxe um quadro gigante do Presidente Geisel. Na faculdade, todos contra a Ditadura e eu “cheia de amor pela Ditadura”, devido ao parentesco com o Geisel. O professor de Filosofia manda fazer uma redação sobre a

Ditadura. Fiz uma redação de “paixão sobre a Ditadura” [devido ao progresso na região, transformação do Distrito de Selbach em Município] e fui chamada pelo reitor da universidade. Aí fui covarde e falei que tinha me enganado e fiz “meia folha” com a ajuda dos colegas para criticar a Ditadura. Aqui na localidade [Linha Floresta] a Ditadura não atingiu. No Rio de Janeiro aprendi o que era a Ditadura [lado ruim]. (BEATRIZ, 2019).

Salientamos que, na visão dos ex-professores da Escola Frei Anselmo, de modo geral, a Ditadura Civil-Militar teve mais aspectos positivos do que negativos. Muitos docentes lembram os avanços na agricultura, como a expansão das lavouras de soja e o combate das pragas que atacavam as lavouras. Outro fato relevante foi que, com a Reforma do Ensino de 1971, houve a inclusão das disciplinas de Educação Moral e Cívica e a OSPB. Matérias que estavam vinculadas aos ideais dos militares que, de certa maneira, exerciam um controle rigoroso no cotidiano escolar, ao reduzir o pensamento crítico das disciplinas das áreas das Ciências Humanas, como História e Filosofia.

De fato, como relatam os ex-docentes, a Ditadura não exerceu seu lado autoritário na comunidade de Linha Floresta, talvez por ser uma região remota. Contudo, temos que pensar que, neste período, nos grandes centros urbanos, milhares de pessoas foram presas, torturadas e mortas. Muitos conseguiram fugir do país, pois não existia qualquer liberdade de expressão. Outra questão relevante: boa parte da população brasileira era submissa em relação ao governo, até porque a mídia era controlada pelos militares. Além disso, devido à falta de energia elétrica nas zonas rurais, por exemplo, as pessoas não ficavam sabendo dos excessos cometidos pela Ditadura.

No que se refere aos estudos de memória, Souza e Grazziotin (2015, p. 388) colocam que é fundamental registrar que, não sendo a história, é um dos seus indícios que pode ser transformado em documentos e de que serve o historiador “[...] para produzir leituras do passado, do vivido pelos indivíduos, daquilo de que se lembram e se esquecem a um só tempo, produzindo no presente determinadas versões do passado”. Toda história depende de seu plano social, e a história oral é a que melhor refaz as particularidades triviais das vidas das pessoas comuns.

A história da educação, em especial a história regional, representa um campo empírico rico e pouco explorado. Nas palavras de Souza (2012), os estudos sobre a história da educação rural no Brasil constituem uma área de investigação que ainda se situa na marginalidade, priorizando certos grupos e ignorando outros, deixando à sombra zonas das práticas pedagógicas e dos atores sociais, referindo-se à ênfase nos estudos sobre o espaço urbano.

Nos últimos anos, a discussão sobre a memória e as narrativas orais foram relevantes no campo historiográfico. No contexto da História da Educação, houve a difusão de trabalhos em eventos da área e em publicações que “[...] as fontes orais e a atenção para os conceitos de memória e identidade balizaram a discussão teórico metodológica”. (WEIDUSCHADT; AMARAL, 2016, p. 1009). Nessa perspectiva, a renovação do campo da História da Educação já tem credibilidade, sendo organizados diversos grupos de pesquisa e eventos que abordam sobre História Oral e Memória.

Dessa forma, Halbwachs (2006) aborda a questão da memória como sendo coletiva. Contudo, as entrevistas deste trabalho estão centradas no indivíduo. Será determinada a conversa com o sujeito que relembra a sua trajetória de vida. Porém, ao recordar, ele partilha aspectos da sua trajetória profissional docente permeada pelos discursos oficiais, assim como pela atuação e entendimento de seus colegas de profissão e de seus familiares. O sujeito refaz as histórias de sua vida no momento atual, emergindo suas experiências vividas. Desse modo, não se pode esperar de memórias a versão realista do que aconteceu. Por este motivo, ao lembrar do vivido, os sujeitos percorrem caminhos para desenvolver memórias e, junto com ela, a identidade.

A história de vida dos docentes, mulheres na maioria das vezes, mostram como se tornam professoras por terem os conhecimentos mínimos exigidos para a função e pela falta de profissionais com a formação. Contam experiências vividas em escolas rurais que permitem reconstruir o cotidiano da educação escolarizada e os aspectos da vida comunitária. Nesse sentido, Luchese e Grazziotin (2015) destacam sobre essas professoras leigas<sup>7</sup>, a forma como organizam suas aulas, o que ensinam, a forma como

---

<sup>7</sup> São considerados professores sem formação na área do magistério. Foram professores que se constituíram através das experiências docentes. Na realidade brasileira, houve necessidade de

procediam para ensinar turmas heterogêneas, sua relação com alunos e familiares, o que possibilita a nitidez da cultura escolar dessas aulas isoladas rurais.

Outra questão relevante que Garnica (2011, p. 70) salienta é sobre os prédios escolares serem, muitas vezes, “[...] uma adaptação de uma casa disponível na região, cedida pelo proprietário rural, para ser utilizada como escola, evidenciando o papel desempenhado pela comunidade camponesa na preservação do sistema escolar nas zonas rurais”.

Nas décadas de 1960 e 1980, muitos eram os discursos em favor da educação rural, o chamado ruralismo pedagógico. (WERLE, 2007). Diante dessa situação, muitas dificuldades deveriam ser transpostas. Além de abrir escolas no meio rural, a falta de profissionais foi outro empecilho. E quando conseguiam docentes, a permanência deles era breve, por terem que ir trabalhar em lugares distantes e sem estrutura de moradia e transporte. Desse modo, o que funcionou foi a contratação de professores leigos que tivessem vínculos comunitários nos espaços de atuação. Em diversos documentos de escrituração escolar<sup>8</sup> observa-se a rotatividade de profissionais nas áreas rurais, comprometendo o funcionamento da escola e o atendimento aos alunos.

Enfim, o reforço em valorizar o trabalho do professor move-se pela memória revivida dos sujeitos. As lembranças passam por reconstituições que consolidam as narrativas pautadas em princípios da renúncia ao trabalho e ao sacrifício feito em prol da educação. Catroga (2001) ressalta que os sujeitos organizam suas memórias em conversas com grupos que mantêm os mesmos discursos, organizando seu caminho como um projeto. A representação da imagem de ter sido docente numa época com dificuldades e sem formação adequada evidencia a admiração não somente de si em relação a sua atuação, como também de toda classe de professores que passaram pelas mesmas experiências.

---

professores em lugares longínquos e com grande demanda de escolas. Assim, as políticas educacionais estimularam professores a ocuparem postos em escolas, em sua maioria eram multisseriadas e localizadas no meio rural”. (WEIDUSCHADT; AMARAL, 2016, p. 1008).

<sup>8</sup> “A escrituração escolar é um conjunto de documentos produzidos na escola. Esse processo evidencia-se desde o Império na realidade da educação brasileira, mas acentuou-se após a nacionalização do ensino na década de 1930, em que se começou a cobrar das escolas, especialmente as isoladas e étnicas, maior controle de documentação e crescente fiscalização”. (WEIDUSCHADT; AMARAL, 2016, p. 1012).

### Considerações finais

Sem se afastar de um rigor metodológico, através do processo das entrevistas, procurou-se ir fundo nas questões propostas. Quando se está comprometido com uma investigação em que os sujeitos narram suas vivências, é árduo manter-se distanciado e não se deixar envolver pelo que dizem. Se a memória é produtora de conhecimentos, é necessário compreender o que cada sujeito fala, sem aguardar que narre a história que os pesquisadores desejam escutar.

A escolha foi feita, optamos por um estudo das memórias de professores, em uma determinada escola, em um determinado período. Construimos uma história narrada por pessoas comuns que tiveram suas atividades docentes iniciadas numa escola rural. Essa escolha fascinou e preocupou. Fascinou pela aproximação promovida, pelo contato direto com o sujeito da pesquisa, que narrou suas lembranças, positivas ou negativas; e preocupou por concluir o quanto é improvável atingir o conhecimento pleno daquilo que se passou.

É importante destacar que o trabalho com memórias apoia-se em uma operação que permite que se invente histórias, e suas composições nunca serão transparentes, e sim nebulosas, muito embora proporcionem instantes de claridade, novas concepções e novas visões. Todavia, mesmo com exclusões e silêncios, as memórias possibilitaram uma visibilidade ao cotidiano da escola, seus diferentes tempos e espaços, como por exemplo, o respeito mútuo entre professores e alunos, o apoio da comunidade em relação às práticas docentes, assim como o medo de criticar os excessos cometidos durante a Ditadura Civil-Militar dentro do ambiente escolar.

Por fim, diante das entrevistas realizadas, entendemos que a maioria dos sujeitos envolvidos recorda suas experiências e idealiza o passado escolar. Esses sujeitos sentem-se ainda integrantes de um mesmo grupo de pertencimento e expressam um discurso comum, em que enaltecem a escola. Suas narrações, normalmente, evitam temas que consigam macular uma narrativa, construída como harmônica e completa de alegrias e de descobertas vividas naquele ambiente educativo.

**Referências**

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da rural**: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960). 2007. 284f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

CAPELO, Maria Regina Clivati. Papeis sociais cruzados: memórias e representações de professores rurais. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 44-65, jan./jul. 2008.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 43-69.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia – a história entre certezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FINGER, Marcos et al. **Trabalho de Sociologia**: a História do Município de Selbach. Escola Agrotécnica Federal de Sertão, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Memórias de uma escola isolada rural: estudo de um livro de visitas (1928-1948). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 69-86, jan./mar. 2011.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Aulas com professores em casa: memórias do ensino rural em Bom Jesus (1910-1940). **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 36, p. 115-125, jul./dez. 2011.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; KREUTZ, Lucio. Processo de escolarização e formação docente dos professores nas antigas colônias de imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul (1920-1940). In: VIII CONGRESSO Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís (MA). **Anais Eletrônicos**, Infância, juventude e relações de gênero. São Luís (MA), p. 1-18, 2010.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Memórias recompondo tempos e espaços da educação**: Bom Jesus/RS (1913-1963). 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LUCHESE, Terciane Ângela; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930-1950). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 341-358, abr./jun. 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PREDIGER, Cirlei Ivoni Schuvaab et al. (Orgs.). **Linha Floresta: um século de educação, amor e união**. Tapera: LEW Editora, 2017.

PREFEITURA Municipal de Selbach. **Diagnose: estudo e análise**. Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, 1991.

SEGER, Rudi. **Brava gente: a história da comunidade de Linha Floresta**. Tapera: Gráfica Taperense Ltda, 2002.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas: práticas e culturas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)**. 2015. 295f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

SOUZA, José Edimar de; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande. Novo Hamburgo, RS (1931-1942). **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 61, p. 383-407, abr./jun. 2015.

SOUZA, José Edimar de. Trajetória, docência e memórias de uma professora: fragmentos do ensino rural em Novo Hamburgo/RS (1940-1969). **Rev. hist. educ. latinoam.**, v. 14, n. 18, p. 265-280, jan./jun. 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEIDUSCHADT, Patrícia; AMARAL, Giana Lange do. Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das escolas étnicas do município de Pelotas, RS (1940-1960). **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 3, p. 1006-1030, set./dez. 2016.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional: instituições**, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2007.

Enviado em: 20.11.2019

Aceito em: 11.06.2020